

## UM ESTUDO SOBRE A OFERTA DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE EM PESCA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, CAMPUS ACARAÚ

Juliane Vargas  
(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará)

**Resumo:** O presente trabalho se propôs a estudar a oferta do Curso técnico de nível médio subsequente em pesca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Acaraú. Desde a sua implantação apresentou baixa demanda, apesar da vocação histórica do município voltada à atividade da pesca. Nesse sentido, o objetivo foi levantar informações sobre a oferta do curso técnico subsequente e o seu atual cenário, visando perquirir as razões, na visão dos servidores da Instituição, que justificariam a baixa demanda. A perspectiva utilizada foi o estudo de campo. Como suporte teórico abordou-se o panorama legal da pesca, as políticas públicas destinadas a esse segmento e a classificação da atividade segundo as diretrizes legais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada com os docentes e técnicos do Instituto Federal do Ceará - IFCE, *campus* Acaraú, envolvidos diretamente com o curso, bem como um servidor do Ministério da Educação comprometido com políticas públicas. Os resultados obtidos apontaram que a falta de informação sobre o curso e a ideia equivocada quanto à sua proposta, bem como a pesca ser uma atividade marginalizada, em declínio e de baixa remuneração, são fatores que levam à baixa demanda. Concluiu-se que, apesar da inexistência de laboratórios, que possivelmente compromete a formação dos alunos, tornando-a deficitária, a construção de arranjos produtivos locais e a aproximação do Instituto com a comunidade, por meio de ações de extensão que estimulem o empreendedorismo e o associativismo, são possíveis caminhos para a elevação da demanda.

**Palavras-chave:** Pesca, Políticas Públicas, Curso Técnico Subsequente, Oferta.

### INTRODUÇÃO

No início da última década, o Brasil apresentou elevado índice de crescimento econômico, sobretudo se comparado às economias da Europa e América do Norte. Tal fato, aliado ao controle inflacionário existente desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (Plano Real), permitiu uma evolução da área educacional, tanto no setor público quanto no privado.

Neste contexto, foi instituída, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Atualmente o Instituto Federal do Ceará - IFCE é composto por 34 *campi*, entre os quais a unidade no município de Acaraú. Por se tratar

de uma região de grande potencial hídrico, extensa margem litorânea, clima tropical e abrigar comunidades de pescadores que desenvolvem a atividade pesqueira, o *campus* opera com o eixo tecnológico da área marítimo-portuária, voltada à pesca e aquicultura.

À época da pesquisa, a Instituição ofertava 02 (dois) cursos de graduação (Licenciatura em Física e Ciências Biológicas) e 04 (quatro) cursos técnicos de nível médio subsequentes, destinados àqueles que concluíram o Ensino Médio (Pesca, Aquicultura, Construção Naval, Restaurante e Bar).

Dentre os 4 cursos ofertados, o curso de pesca é o que apresentava menor demanda, posicionando-se como última opção em termos de preferência pelos candidatos concorrentes às vagas da Instituição. Considerando o potencial e a vocação laboral da região voltados à atividade pesqueira, o que justificaria a baixa demanda? Para responder a essa indagação optou-se por uma abordagem qualitativa, elegendo-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada dos servidores, técnicos-administrativos e docentes, do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Pesca, objetivando levantar informações sobre a oferta do curso e o seu cenário atual.

## **A PESCA, SUA CLASSIFICAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A pesca no Brasil, embora uma atividade milenar, é questão recente na área educacional. Os últimos anos apontam aumento da demanda nacional e mundial pela proteína derivada do pescado, o que torna o Brasil um potencial produtor em razão de sua extensa faixa litorânea (8.000 km) e 12% de toda a água doce do planeta (8,2 bilhões de m<sup>3</sup>) (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2014).

Consoante o art. 2º, inc. III da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, entende-se por pesca “toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros” (BRASIL, 2009).

Segundo Melo (2012), a atividade pesqueira compõe-se de dois métodos de produção. Os realizados em ambientes naturais, como no oceano e em águas interiores, são denominados de pesca extrativa ou de capturas. Já os que se desenvolvem em ambientes naturais cedidos para a exploração privada e os ambientes privados explorados pelo homem (cultivo) são chamados de aquicultura.

O artigo 8º da Lei nº 11.959/2009 classifica a pesca em comercial e não comercial. A primeira divide-se em pesca artesanal e industrial.

Segundo dados apresentados pelo extinto Ministério da Pesca e Aquicultura, estima-se que um em cada duzentos brasileiros são pescadores artesanais, sendo estes os responsáveis por aproximadamente 45% de toda a produção anual de pescado desembarcada.

Dentre as várias iniciativas governamentais voltadas ao pescador artesanal, que visam a melhoria da qualidade de vida e inclusão social, destacam-se os seguintes programas: Pescando Letras, destinado à alfabetização de pescadores e aquicultores; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) – Pesca e Aquicultura; Projeto de Apoio a Pequenos Empreendimentos na Pesca Artesanal; Parceria Cozinha Brasil e os Telecentros.

Em relação à pesca industrial, esta compreende a utilização de embarcações de médio e grande porte, o uso de tecnologia sofisticada e depende de infraestrutura portuária para o desembarque do pescado, tendo em vista sua atividade se dar em larga escala. Quanto às políticas públicas voltadas ao referido segmento, desde o advento da Lei nº 11.959/2009, estas são destinadas, sobretudo, à modernização da pesca, ao fortalecimento da indústria e do comércio pesqueiros e ao desenvolvimento sustentável, destacando-se o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA) e o Plano Safra – linhas de crédito com juros reduzidos.

Araújo (2011) afirma que a Lei nº 11.959/2009 representou um avanço para o setor da pesca e da aquicultura, não apenas por fixar um marco regulatório, mas também por ampliar o acesso ao crédito, reconhecer como atividade pesqueira artesanal a confecção e reparo de petrechos, pequenas embarcações e processamento de pescado.

Azevedo e Pierri (2013), contudo, não compartilham do mesmo entendimento ao discorrerem sobre a política pesqueira no Brasil, onde fazem um retrospecto das políticas públicas desde 1964 a 2009. Afirmam que ao longo desse período a pesca artesanal esteve à margem das preocupações governamentais, vez que as políticas ora se concentravam no desenvolvimento industrial do setor, ora na conservação e proteção dos recursos, fato que prejudicou sobremaneira os pescadores artesanais, os quais, em razão da crise pesqueira, foram condenados ao empobrecimento e à concorrência desleal com a pesca industrial e a aquicultura empresarial.

## **METODOLOGIA**

O delineamento metodológico escolhido para esta pesquisa foi de uma abordagem qualitativa, indicada ao tipo de estudo sobre opiniões, valores ou crenças de determinado grupo, hábil para compreender a realidade de forma mais completa (Dal-Farra; Lopes, 2013).

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Acaraú, tendo como participantes os servidores docentes e técnicos da Instituição ligados ao curso de pesca. O objetivo pretendido foi levantar informações sobre a implantação e oferta do curso, bem como identificar o seu cenário atual, visando perquirir as razões, na visão dos servidores da Instituição, que justificariam a baixa demanda.

Como instrumentos, optou-se pela utilização de entrevista semiestruturada para a coleta de dados, a qual se deu entre 09 de abril a 23 de setembro de 2015. Foram entrevistados 12 servidores do IFCE: 8 docentes, 2 técnicos de laboratório (pesca), o Diretor Geral do Campus e o Coordenador da Coordenação de Comunicação e Eventos e um servidor do Ministério da Educação envolvido com Políticas Públicas.

O roteiro de entrevista contemplou perguntas relacionadas à implantação do curso, à baixa demanda, ao corpo docente e estrutura física do campus, demandas do setor pesqueiro que poderiam ser atendidas pelo egresso do curso, a relação do Instituto com a comunidade e, por fim, à divulgação do curso.

As entrevistas foram transcritas, organizadas e reduzidas em categorias de análise para melhor compreensão do todo, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). As categorias de análise definidas foram as seguintes: Implantação e Oferta do Curso; O Curso de Pesca; O Mercado de Trabalho; Baixa demanda; Divulgação do Curso.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Implantação e oferta do curso**

A construção do *campus* Acaraú se deu em razão dos altos investimentos do Governo Lula na expansão da oferta da educação profissional, por meio da Lei nº 11.195/2005, que viabilizou a criação de novas unidades de ensino por todo país. O município foi contemplado com uma unidade do IFCE em razão de sua estratégica localização, histórica vocação para a pesca e deficiências produtivas locais:

“A ideia era se trabalhar nos apelos produtivos locais de forma a criar novas oportunidades de emprego, gerar renda, melhorar a qualidade de vida

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

**www.joinbr.com.br**



do cidadão, levar o ensino da tecnologia, da ciência, de uma nova proposta de pesquisa. (...) o próprio Ministério veio algumas vezes aqui com seus técnicos visitar a localidade e a gente achou que realmente esse era o local ideal para construir uma escola marítima portuária”. **Otávio**

As audiências públicas contaram com a participação da sociedade civil como um todo, em especial das comunidades de pescadores, empresários, escolas e secretarias municipais de governo.

Segundo dados extraídos do Ministério da Educação, no período de 2003 a 2010, o Ministério da Educação entregou à população 214 unidades e entre os anos de 2011 a 2014 foram investidos mais de R\$ 3,3 bilhões na expansão da rede.

### **O Curso de Pesca**

O curso se dá no regime seriado semestral e totaliza 1.120 horas, excluindo-se da contagem o Estágio Curricular de 200 horas, não obrigatório. Sobre a forma de estruturação do curso, se atende a uma formação mais técnica e prática ou segue uma perspectiva mais acadêmica, as respostas mais recorrentes foram no sentido de que o curso de pesca possui um viés mais prático:

“(...) com as mudanças que foram feitas na matriz, o curso está extremamente prático (...) aí sim a gente tira um pouco desse viés acadêmico (...)”. **Sofia**

Como pontos positivos do curso citaram a alta qualificação do corpo docente e a vasta experiência desses no mercado de trabalho:

“Professores altamente qualificados e capacitados, independentemente da titulação”.  
**Alan**

“(...) eu acho o corpo docente bem eclético, a gente tem gente que vem da universidade (...) da iniciativa privada, (...) de ONG’s (...). Ele atende a demanda do curso”. **Mário**

“(...) o curso de pesca tem um perfil de professores difícil de encontrar em outras instituições”. **Getúlio**

Por se tratar de *campus* novo, a estrutura física da unidade foi considerada boa, entretanto a ausência de laboratórios foi um ponto tido como negativo:

“O nosso campus é um campus novo (...) tem uma estrutura muito boa de sala de aula, de suporte para o professor”. **Damiana**

“(...) o que não avançou no mesmo ritmo, por exemplo, a construção e equipagem dos laboratórios, então nós temos técnicos de laboratório hoje que estão atuando em outras áreas porque não há um laboratório para eles atuarem”. **Regina**

“(...) a gente precisa de laboratórios (...) para que esse curso possa acontecer da maneira que ele está sendo pensado e reestruturado”. **Sofia**

“(...) todo corpo docente tem uma boa formação técnica, mas as vezes ele não consegue fazer, principalmente na parte de beneficiamento de pescado. Os professores aqui sabem como fazer isso, só que não tem nenhum material aqui dentro, nenhum laboratório, nenhum canto pra fazer isso, então a gente fica suprindo essa, essa lacuna fazendo visita técnica. Eu diria isso, que, não 100% não, a gente não contribui para a formação técnica e tem deficiência para formar o profissional”.

**Mário**

Apesar de os participantes afirmarem que o curso possui viés mais prático, observou-se que a falta de laboratórios, um dos aspectos mais importantes dos cursos técnicos, pode influenciar negativamente na formação do aluno, tornando-a deficitária.

Outro ponto negativo apontado, não exclusivo do curso de pesca, foi a alta rotatividade dos professores, decorrente do Plano de Expansão:

“(...) o processo de interiorização acabou trazendo profissionais de outros municípios (...) então ele (professor) não consegue se comprometer com ações de extensão, de pesquisa, porque ele está pleiteando a remoção dele para outros campi para ficar perto da família e isso faz com que ele não esteja inteiro. (...) nem todo mundo quer trabalhar com a extensão”. **Regina**

Observou-se, pelas palavras da docente, que ações de extensão, importantes para o fortalecimento dos laços da instituição com a comunidade, deixaram de ser mais exploradas em razão dos contínuos processos de remoção de servidores.

## **O mercado de trabalho**

Sobre as demandas do setor pesqueiro local e da região que eventualmente poderiam ser atendidas por um técnico de nível médio em pesca, foram ressaltados dois aspectos: a formação altamente qualificada do curso e a dificuldade de inserção dos alunos no mercado de trabalho - especialmente nas indústrias de pescado da região - por questões de ordem legal, ética e cultural:

“O objetivo é dar uma formação abrangente do universo da pesca (...). É você formar pessoas empreendedoras, pessoas que tenham alguma relação com a pesca familiar, (...) que possam melhorar essa relação, dessa cadeia produtiva. Ele sai do curso sabendo que ele pode ganhar mais dinheiro com a pesca se ele melhorar a qualidade do pescado. Ele sai daqui do curso técnico sabendo que se ele melhorar as condições da embarcação ele vai tornar a atividade mais segura. Ele sai aqui do curso sabendo que ele pode melhorar, inclusive, a condição laboral a bordo, melhorando algumas estratégias ergométricas, por exemplo, para ele não carregar tanto peso, se agachar tanto. Ele pode sair daqui do curso sabendo preparar alguns tipos de produto, oriundos da pesca. Ele pode ser um comerciante do pescado e do subproduto desse pescado”. **Mário**

Foi unânime entre os entrevistados o entendimento de que se houvesse legislação que obrigasse as indústrias de pescado a terem técnicos em seus quadros de pessoal, os egressos do curso teriam maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho:

“(…) eu vejo um grande problema é a questão trabalhista, por exemplo, por que a indústria quer essa mão de obra? Porque é uma mão de obra barata, não tem legislação nenhuma que obrigue que quem vai manipular esse pescado tem que ter um curso técnico, se tivesse aí com certeza era um mercado gigante (...) mais uma vez é a mesma questão da pesca, quanto menos qualificado para mim melhor porque eu pago menos (...)”. **Júlio**

A visão imediatista e eminentemente capitalista dos empresários no ramo da pesca, baseada na exploração do trabalhador e no desejo incansável do lucro, acaba por gerar relações de trabalho iníquas e abusivas e, sobretudo, a desvalorização do profissional qualificado.

O problema da empregabilidade, segundo algumas falas, não seria tão grave se os arranjos produtivos locais – APL's - tivessem sido construídos.

“(…) o que está faltando é uma ligação maior do setor produtivo com a gente”. **Getúlio**

“(…) eu acho que falta um pouco ou muito de aproximação entre o Instituto e os empregadores”. **Clarisse**

Observa-se que a ação conjunta de atores (instituto federal, órgãos de governo, empresários, associações) poderia contribuir para o desenvolvimento da atividade produtiva local.

### **A baixa demanda**

Em relação à baixa demanda do curso de pesca, quase a totalidade dos entrevistados ligaram-na à falta de informação sobre o curso, ao

entendimento equivocado quanto à sua proposta e o perfil do profissional que se propõe a formar:

“Muitos não entenderam que o nosso curso não é para formar pescadores. Nós temos uma visão muito mais de gestão da pesca, de uma gestão sustentável, de modificar esse tipo de atividade na região. (...) eles pensam que a atividade não é lucrativa ou não é importante”. **Sofia**

“Quando se fala em pesca, o pessoal associa logo a ir pescar, então isso acaba gerando um receio muito grande em relação a área, eu acho que a baixa procura é devido à falta de informação (...) a informação ainda é entrave (...) no processo de conhecimento do curso (...)”. **Damiana**

É possível que, por absoluto desconhecimento da proposta do curso de pesca, alguns alunos não encontrem razões suficientes para cursá-lo, especialmente aqueles que já conhecem a atividade. Para outros entrevistados, a baixa demanda estaria relacionada ao preconceito em relação à pesca, ao estereótipo que se firmou no imaginário de parte da sociedade de que o pescador é um sujeito desclassificado, de segunda categoria.

“(...) a gente vê que os pescadores são um povo sofrido, tem essa coisa do pescador ser analfabeto, pescador não tem estudo, não tem instrução, então criou-se essa cultura né que o pescador não pode ser alguém capacitado”. **Daniel**

“(...) eu observo que a sociedade tem preconceito com o setor da pesca. A pesca é uma atividade perigosa (...) que não evoluiu no Brasil como os outros segmentos, então a nossa pesca ainda está atrasada em relação a alguns lugares cem anos (...) mas a pesca tem coisa boa e infelizmente a sociedade só vê parte dessa imagem ruim. No íntimo das pessoas é assim: você não serviu para nada, você não gosta de estudar, então você vai para a pesca”. **Getúlio**

As opiniões acima reforçam uma possível desvalorização do pescador pela sociedade. Além disso, outra possível justificativa para a baixa demanda seria a predileção dos jovens por cursos de nível superior:

“A sociedade, o pai, a mãe, o avô, a vó, o tio, a tia quer que (...) seu ente querido faça um curso superior”. **Getúlio**

“Não há uma visão com relação ao mercado (...) todos querem fazer um curso superior porque dá status, mesmo que esse curso superior (...) esteja saturado e não tenha onde trabalhar, mas ele tem um diploma superior... ainda se raciocina muito dessa forma, não se consegue enxergar o potencial que a pesca tem aqui para a região”. **Regina**

Aventou-se, ainda, e merece destaque, que a baixa demanda estaria relacionada ao próprio declínio da atividade e a crise que o setor



pesqueiro por conta da pesca predatória, exploração além dos limites suportáveis que a natureza tem de se reproduzir:

“Bom, a gente deve levar em conta que a própria profissão de pescador já vem há um certo tempo em declínio (...) essa problemática do declínio da própria pesca, as espécies estão sendo exploradas e não se tem políticas voltadas para a fiscalização. (...) a gente tem conhecimento que o período do defeso, no caso da lagosta, não é respeitado (...) não só a lagosta, o pargo e outros peixes tão sofrendo esse declínio justamente pela pesca predatória. (...) não tem perspectiva, em si, de melhora do setor (...) há um certo descompasso em relação à permanência e até a procura desse público-alvo nosso no caso para continuar o curso (...) a tendência dele é fechar”.

**Roberto**

“(...) a demanda está caindo, não só pela saturação de interessado, mas também pelo próprio declínio da atividade”. **Júlio**

Novamente veio à tona a questão da baixa remuneração percebida pelos que atuam na atividade da pesca, seja como empregado nas indústrias ou em embarcações de pesca:

“(...) talvez o aluno não consiga vislumbrar qual é o ganho profissional que ele vai ter ao término desse curso (...) na pesca, o dono do barco não tem esse interesse, porque ele acha que um curso desse técnico não vai agregar nada ao pescador, pelo contrário, como é uma atividade totalmente desqualificada e braçal, quanto menos qualificado para o dono do barco é melhor porque ele paga um salário menor (...)”.

**Júlio**

Pelos relatos ora transcritos percebe-se que pesca não é um segmento atrativo para os alunos que concluem o ensino médio - maior público potencial do curso -, além de haver uma ideia equivocada e generalizada de que o curso serve apenas para preparar pescadores, o que desestimula a sua procura.

### **Divulgação do curso**

A divulgação dos cursos ofertados pelo *campus* de Acaraú, de responsabilidade da Coordenação de Comunicação e Eventos, se dá por meio de edital de processo seletivo, cartazes, rádio, redes sociais e visitação às escolas. A despeito dos vários meios disponíveis, o que mais se mostrou eficaz foi o “boca-a-boca”:

“(...) a maior parte deles veio por conta do contato com um amigo que já é aluno do IFCE, então acaba que um aluno vai chamando o outro”. **Regina**

“(...) temos uma série de outros meios e veículos e o principal é o boca a boca”.  
**Lúcio**

Outro aspecto a ser salientado sobre a divulgação é o lançamento dos editais de seleção sem antecedência mínima e a baixa participação dos professores quando da divulgação nas escolas:

“(...) os editais são lançados muito em cima da hora de começar as inscrições, o que muitas vezes invalida o planejamento (...) algumas divulgações são acompanhadas por professores que acabam sensibilizando os alunos acerca dos objetivos do curso, só que como a gente sabe da correria que é o cotidiano acadêmico, se torna esporádico (...)”. **Lúcio**

Extraí-se das falas acima que um maior envolvimento dos professores na difusão do curso, bem como a realização de planejamento anterior à publicação dos editais poderia contribuir para uma divulgação mais eficaz.

## CONCLUSÃO

Sob a ótica da oferta, verificou-se que a estrutura do *campus* - à exceção da falta de laboratórios -, a matriz curricular e a qualificação do corpo docente são fatores que atendem a um nível de exigência satisfatório para um curso técnico em pesca tido como de qualidade.

Contudo, os fatores que ensejariam a baixa demanda são múltiplos, complexos e de difícil solução. Perpassam desde a ideia equivocada em relação à proposta do curso, ao não reconhecimento social e a marginalização do pescador, ao declínio da atividade em razão da sobrepesca\*, a baixa remuneração que ela proporciona e a predileção dos jovens por cursos em nível de graduação.

A despeito desses fatores, alheios à forma como foi estruturado o curso de pesca, observou-se a inexistência da construção de arranjos produtivos locais. Assim, o incentivo do empreendedorismo e formas de associativismo, além de uma interlocução maior entre o Instituto e o setor privado ligado à pesca, os órgãos de governo e a comunidade, poderiam ser caminhos viáveis para o aumento da demanda.

---

\* Sobrepesca: exercício descuidado e predatório da pesca, que causa ameaça às espécies marítimas ou extinção das mesmas. Fonte: MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986. (Séries Princípios)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Silvia Cordeiro de. **Pescando Letras: diálogos interdisciplinares entre a educação ambiental e a alfabetização de jovens e adultos no contexto da pesca artesanal.** 2008. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://goo.gl/BbAJAI>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm)>. Acesso em: 22 nov. 2014.

DAL-FARRA, Rossano André; LOPES, Paulo Tadeu Campos. Métodos mistos de pesquisa em Educação: pressupostos teóricos. **Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente**, v. 24, n. 3, p. 67-80, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/I3wIqL>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

LOPES, Vera de Fátima Maciel; et al. Dinâmicas territoriais e a organização dos pescadores: A experiência da rede solidária da pesca no Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 11, n. 2, p. 187-96, 2011. Disponível em: <[http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-230\\_Lopes.pdf](http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-230_Lopes.pdf)>. Acesso em: 03 fev. 2015.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar.** (Séries Princípios). São Paulo: Ática, 1986.

MELO, Vinícios Pagani de. **Políticas públicas e a sustentabilidade da pesca marinha no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2012.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Brasil. **Pesca.** Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/pesca>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Brasil. **Boletim do registro geral da atividade pesqueira:** RGP: 2012. Brasília, DF: MPA, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/Ky26zB>> Acesso em 12 de outubro de 2015.

PIERRI, Naína; AZEVEDO, Natália Tavares de. **A Política Pesqueira atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal.** **Samudra Report**, n. 64, p. 34-41, 2013.

VARGAS, Juliane. **A relação entre a oferta e demanda de curso técnico de nível médio subsequente: um estudo sobre o Curso de Pesca do Instituto Federal do Ceará, campus Acaraú.** 131 f.,

il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

